



Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro de Ciências Jurídicas – CCJ
Departamento de Direito – DIR

PLANO DE ENSINO

I – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA			
Nome	DIREITO ADMINISTRATIVO		
Curso	ADMINISTRAÇÃO		
Código	DIR 7001	Nº horas-aula	36
Ano	2018	Período	2º semestre letivo.
Dias e horários	Diurno – 3 0820 2 – sala CSE 011 Noturno – 6 2020 2 – sala CSE 011		
Professora	Dra. Luana Renostro Heinen (luana.heinen@ufsc.br) Atendimento aos alunos (agendar): segunda-feira 13h30-17h e quinta-feira 10h30-12h		

II – EMENTA	
Direito. Administração pública. Ato administrativo. Serviços públicos. Licitações e contratos administrativos. Controle administrativo.	

III – OBJETIVOS	
Geral	Apresentar aos estudantes do Curso de Administração os fundamentos do Direito, em especial do Direito Público e do Direito Administrativo, com abordagem teórico e prática que lhes possibilite capacitação para o exercício profissional.
Específicos	<ul style="list-style-type: none">• Compreender conceitos básicos de fundamentação do Direito: Estado, Poder político, sociedade, Direito Público.• Identificar o Estado brasileiro como Estado de Direito Constitucional – conhecer as discussões sobre Estado liberal e social.• Analisar a estrutura da Administração Pública brasileira.• Discutir as competências do Estado, apresentando os serviços públicos e sua regulamentação.• Compreender as licitações públicas como mecanismo para a contratação estatal.

	<ul style="list-style-type: none"> • Assimilar a importância do Controle da Administração Pública e suas modalidades de exercício – interno e externo (popular, legislativo e judicial). • Trabalhar as competências atinentes a atuação profissional do Administrador no âmbito estatal e na iniciativa privada em conformidade com as regras de Direito Administrativo.
--	---

IV – CONTEÚDO

1 Teoria Geral do Direito

- 1.1 Noções Gerais do Direito: Estado, Poder político, sociedade
- 1.2 Estado de Direito Constitucional
- 1.3 Estado liberal e Estado social
- 1.4 Direito Público e Direito Privado

2 Direito Administrativo e Administração Pública

- 2.1 Origem histórica do Direito Administrativo
- 2.2 Regime Jurídico Administrativo: supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade do interesse público
- 2.3 Os princípios constitucionais administrativos
- 2.4 Poderes/ Deveres da Administração Pública
 - 2.4.1 Poder vinculado e discricionário
 - 2.4.2 Poder regulamentar
 - 2.4.3 Poder de polícia

3 Administração Pública Brasileira: estrutura

- 3.1 Centralização e descentralização administrativa. Concentração e desconcentração.
- 3.2 Administração Pública direta e indireta: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, consórcios públicos

4 Atos Administrativos

- 4.1 Noções preliminares: conceito, classificação, perfeição, validade e eficácia.
- 4.2 Atributos e Requisitos dos atos Administrativos.
- 4.3 Revogação, anulação e convalidação.
- 4.4 Desvio de poder: excesso de poder, desvio de finalidade e abuso de poder.

5 Licitações e Contratos Administrativos

- 5.1 Noções preliminares: conceitos, aspectos gerais, aplicação.
- 5.2 Modalidades e tipos de licitações.
- 5.3 Fases da licitação
- 5.4 Regime jurídico dos contratos administrativos.
- 5.5 Cláusulas exorbitantes.
- 5.6 Execução, inexecução, extinção e penalidades.

6 Serviços Públicos

- 6.1 Concessões e permissões.
- 6.2 O regime de remuneração do concessionário.

- 6.3 Posição jurídica do poder concedente e do concessionário.
 6.4 Posição jurídica dos usuários dos serviços públicos delegados sob concessão ou permissão.
 6.5 Parcerias Público-privadas.

7 Atuação do Estado no domínio econômico

7.1 Intervenção do Estado na propriedade

V – FONTES

Bibliografia básica	<p>ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 21. ed. rev. e atual. São Paulo: GEN, Método, 2013.</p> <p>CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2015.</p> <p>SUNDFELD, Carlos Ari. Fundamentos de direito público. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 1997.</p>
Bibliografia complementar	<p>BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Democracia, estado social e reforma gerencial. Revista de administração de empresas, São Paulo, v. 50, n.1, p. 112-116, jan./mar.2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902010000100009>. Acesso em 21 ago. 2014.</p> <p>DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. 6. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2015.</p> <p>MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. 19. ed. rev. e atual. São Paulo: R. dos Tribunais, 2015.</p> <p>MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 30. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2012.</p>
Legislação	<p>Toda a legislação federal deve ser consultada diretamente no site do Planalto: http://www4.planalto.gov.br/legislacao</p> <p>Legislação mais importante para Direito Administrativo:</p> <p>Constituição Federal: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm</p> <p>Organização da Administração: Decreto nº 200/67 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm</p> <p>Lei de Processo Administrativo: Lei nº 9.784/99 http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9784.htm</p> <p>Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 8.666/93 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm</p> <p>Licitação – Pregão: Lei nº 10.520/02</p>

	<p>http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm</p> <p>Licitação de Propaganda: Lei nº 12.232/10</p> <p>http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112232.htm</p> <p>Lei de Serviços Públicos – Concessão e Permissão: Lei nº 8.987/95</p> <p>http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8987cons.htm</p> <p>Lei de Serviços Públicos – PPP: Lei nº 11.079/04</p> <p>http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/111079.htm</p> <p>Lei dos Servidores Públicos Federais: Lei nº 8.112/90</p> <p>http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm</p> <p>Legislação do Terceiro Setor: Lei nº 13.019/14</p> <p>http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113019.htm</p> <p>Legislação do Terceiro Setor – OSCIP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) Lei nº 9.790/99</p> <p>http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm</p> <p>Lei de Acesso à Informação: Lei nº 12.527/11</p> <p>http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112527.htm</p>
Cursos de Direito Administrativo on-line	<p>ENAP (ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA) – Cursos à distância (sem tutoria – gratuito e livre para qualquer pessoa), temas de Administração Pública, Políticas Públicas, Orçamento Público e Direito: http://www.enap.gov.br/pt/web/pt-br/a-distancia</p> <p>Instituto Legislativo Brasileiro – vinculado ao Senado Federal: https://saberes.senado.leg.br/</p> <p>Escola do Legislativo vinculada a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC):</p> <p>http://ead.escola.alesc.sc.gov.br/course/index.php?categoryid=11</p> <p>Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – Curso sobre Improbidade Administrativa e outros sobre Poder Judiciário: http://www.cnj.jus.br/formacao-e-capitacao/cursos-abertos</p> <p>Instituto Serzedello Corrêa (ISC) - escola de governo do Tribunal de Contas da União (TCU): gestão pública e Licitações: https://contas.tcu.gov.br/ead/course/index.php?categoryid=8</p> <p>Escola de Administração Fazendária – ESAF: http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/cursososeventos/</p> <p>Escola Virtual da Controladoria Geral da União (CGU): curso sobre transparência – Lei de Acesso à Informação: https://escolavirtual.cgu.gov.br/ead/course/view.php?id=6</p>

VI – METODOLOGIA

Aula expositiva dialogada, primando por apresentar os fundamentos jurídicos do Estado, da política e da atuação da Administração Pública. Buscar-se-á estimular a participação dos alunos nas aulas por meio de questionamentos (método socrático) e apontamentos críticos.

Trabalhos escritos de pesquisa em grupo e apresentações orais poderão ser eventualmente solicitados como metodologia de aprendizagem.

VII – AVALIAÇÃO

Instrumentos de avaliação

1. Provas:

Para fins da avaliação semestral serão aplicadas **duas provas escritas**, com peso e conteúdos abaixo indicados:

- prova 1 – aulas das unidades 1,2,3 e 4 – valor 10,0 (peso 5,0 na média final)
- prova 2 – aulas das unidades 5,6 e 7 – valor 5,0 (peso 2,5 na média final)

A distribuição dos conteúdos (unidades) entre as provas poderá ser modificada na situação de alteração do cronograma constante deste plano de ensino.

2. Trabalhos:

Será realizado um estudo de caso com valor 5 (peso 2,5 na média final) a ser computado na nota do segundo bimestre.

3. Prova de substituição:

A substituição das notas relativas à(s) provas(s) não realizada(s) será efetuada através de **prova escrita**, versando sobre o conteúdo da prova não realizada. Não serão substituídas notas de trabalhos.

4. Recuperação:

Haverá, ao final do semestre, uma **prova final de recuperação**, sobre toda a matéria ministrada no respectivo período letivo. Essa prova é obrigatória para os alunos que apresentarem média inferior a 6 (seis). Para ter direito à prova de recuperação é necessário ter média igual ou superior a 3 (três), bem como possuir frequência às aulas de no mínimo 75%. Alunos com média inferior a 3 (três) e/ou frequência insuficiente não terão direito à prova de recuperação, estando automaticamente reprovados.

VIII – CRONOGRAMA

Este cronograma representa a proposta inicial de distribuição das atividades para o semestre letivo. *Durante o decorrer do período letivo, havendo necessidade, serão realizadas as adequações necessárias às peculiaridades de cada turma.*

DATA	ATIVIDADE
03/08 - NOT	<p><i>Mesa redonda</i> - Apresentação da disciplina e interação com os alunos. – Discussão inicial: Estado, Direito, Poder político, Constituição, Estado de Direito, Estado Liberal, Estado Social</p> <p>Unidade 1</p> <p>Texto básico: SUNDFELD, Carlos Ari. Fundamentos de direito público. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 1997, Cap.1 (Regulação jurídica do poder político), Cap. 3 (O Estado social e democrático de Direito) e Cap. 4 (O sujeito Estado).</p> <p>Complementar: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: GEN, Método,</p>

	2015, Capítulo 2, itens 1 e 2.
10/08 - NOT	<p>Estado, Direito, Poder político, Constituição, Estado de Direito, Estado Liberal, Estado Social</p> <p>Unidade 1</p> <p>Texto básico: SUNDFELD, Carlos Ari. Fundamentos de direito público. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 1997, Cap.1 (Regulação jurídica do poder político), Cap. 3 (O Estado social e democrático de Direito) e Cap. 4 (O sujeito Estado).</p> <p>Complementar: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: GEN, Método, 2015, Capítulo 2, itens 1 e 2.</p>
17/08 - NOT	<p>Unidade 2 – Direito Administrativo e Administração – Regime de Direito Público: Regime Jurídico-Administrativo e Princípios da Administração</p> <p>Texto básico: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: GEN, Método, 2015, Capítulo 1 – Direito Administrativo e Cap. 5 – Princípios Fundamentais.</p>
24/08 - NOT	<p>Unidade 2 – Direito Administrativo e Administração – Poderes da Administração – Poder de polícia</p> <p>Texto básico: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: GEN, Método, 2015, Capítulo 6 – Deveres e Poderes Administrativos.</p>
31/08 - NOT	<p>Unidade 3 - Administração Pública Brasileira: estrutura – Centralização e descentralização, Administração Pública Direta e Indireta, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista</p> <p>Texto básico: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: GEN, Método, 2015, Capítulo 2, item 4 – Organização Administrativa; item 4.7 – Entidades em espécie.</p>
14/09 - NOT	Avaliação escrita 1
21/09 - NOT	<p>Unidade 4 – Atos Administrativos – conceito, atributos e requisitos, Revogação, anulação e convalidação, Desvio de poder</p> <p>Texto básico: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: GEN, Método, 2015, Capítulo 8, Atos Administrativos.</p>
28/09 - NOT	<p>Unidade 5 – Licitações</p> <p>Texto básico: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: GEN, Método, 2015, Capítulo 10, Licitações.</p>
05/10 - NOT	Unidade 5 – Trabalho: Edital de licitações – o trabalho será realizado em sala. Os estudantes devem trazer a legislação (Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02) impressa ou consultar no computador/tablet/celular.
19/10 - NOT	<p>Unidade 5 – Contratos Administrativos</p> <p>Texto básico: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: GEN, Método, 2015, Capítulo 9, Contratos Administrativos.</p>
26/10 -	Unidade 6 – Serviços Públicos

NOT	Texto básico: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado . 23. ed. rev. e atual. São Paulo: GEN, Método, 2015, Capítulo 11, Serviços Públicos
09/11 - NOT	Unidade 6 – Serviços Públicos Texto básico: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado . 23. ed. rev. e atual. São Paulo: GEN, Método, 2015, Capítulo 11, Serviços Públicos
23/11 - NOT	Avaliação escrita 2
27/11	Prova de substituição – somente no período diurno (às 8h20)
30/11 - NOT	Prova de recuperação – Encerramento da disciplina